



## Teto de gastos gera divergências em sessão temática no Plenário

Dois economistas falaram contra e dois defenderam a proposta. O presidente do Senado disse que a medida permitirá a volta do crescimento do país

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Entre os convidados Castelar, Mansueto, Belluzzo e Rugitsky, Renan Calheiros lembra que o Senado se antecipou à crise ao adotar programa de austeridade interna

Sessão temática em Plenário confirmou ontem como a proposta de limitar gastos públicos divide opiniões. Dos quatro economistas convidados, dois apoiaram a medida e dois criticaram. Os senadores debateram os efeitos da proposta em áreas como saúde e educação, enquanto o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a ideia não pode ser vista como uma camisa de força, mas como uma exigência para atingir o equilíbrio fiscal.

À noite aconteceu a quarta sessão de discussão da proposta. Faltam mais quatro até a votação, prevista para 13 de dezembro. **4 e 5**

**Juizes afirmam que não há supersalários na Justiça Federal** **3**

**Audiência indica falta de recursos para a ciência** **7**

**Texto sobre abuso de autoridade ganha urgência** **3**

**Projeto de fábrica da Hemobrás é falho, dizem especialistas** **6**

**Taxação de lucro de pessoa física recebe parecer favorável** **7**

### Orçamento da saúde deverá ter reforço de R\$ 9,9 bilhões em 2017

Receitas adicionais, como a de repatriação de recursos, permitiram destinar à saúde R\$9,9 bilhões a mais que o previsto pelo governo, explicou o

relator-geral do Orçamento, Eduardo Braga. A maior parte desses recursos será usada para atender emendas individuais e de bancada. **8**



Pedro França/Agência Senado

Comissão Mista de Orçamento deve votar relatório de Eduardo Braga amanhã

**Renan apoia envio de verbas para estados**

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou da reunião em que o Planalto aceitou destinar aos estados parte do dinheiro arrecadado com a repatriação de recursos. **3**

**Tunísia, Eslováquia e Irã terão novos embaixadores**

O Plenário do Senado aprovou ontem os três diplomatas escolhidos pelo governo para assumir as embaixadas brasileiras em Túnis, Bratislava e Teerã. **3**

Adriana Corrêa/Agência Senado



O presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância, José Medeiros (3º à esq.), participa da abertura do evento

### Evento aponta importância de cuidar da 1ª infância

Começaram ontem no Senado as palestras da 9ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz. Segundo especialistas, crianças que são bem cuidadas desde os

primeiros dias de vida são menos propensas a se envolver em episódios de violência ao longo da vida. As palestras sobre a primeira infância continuam hoje e amanhã. **2**

### Pesquisa denuncia bullying contra jovens LGBT

A Comissão de Direitos Humanos discutiu ontem pesquisa segundo a qual 73% dos adolescentes gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros já sofreram bullying nas escolas

brasileiras. A pesquisa foi feita em seis países da América do Sul. No Brasil, foram ouvidos 1.016 estudantes. Eles consideraram a escola ineficaz para evitar as agressões. **6**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Para Fátima Bezerra (C), os números alarmantes precisam ser discutidos nas escolas por professores e estudantes

Adriana Corrêa/Agência Senado



O senador Medeiros e o ministro Terra (ambos ao centro) participam da 9ª Semana de Valorização da Primeira Infância

## Especialistas: negligência com bebês leva à violência

Em evento no Senado, debates disseram que governo e famílias precisam oferecer mais cuidados às crianças de até 6 anos. Ministro destacou importância do Programa Criança Feliz, recém-lançado

NA ABERTURA DA 9ª Semana de Valorização da Primeira Infância e da Cultura da Paz, ontem, no Senado, especialistas disseram que os Objetivos do Milênio propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) só serão atingidos se a sociedade compreender a importância dos cuidados com os bebês e as crianças pequenas. Segundo eles, a falta dos cuidados é uma das causas da violência que afeta o país e o mundo.

Dos oito Objetivos do Milênio estabelecidos pela ONU em 2000, três estão relacionados à primeira infância: melhoria da saúde das gestantes, redução da mortalidade infantil e educação básica de qualidade para todos.

A implementação do Marco Regulatório da Primeira Infância (Lei 13.257/2016), por meio do Programa Criança Feliz, é outro desafio a ser vencido, segundo José Medeiros (PSD-MT), presidente da

Frente Parlamentar da Primeira Infância.

— O Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida são importantes, mas o Criança Feliz é o mais importante programa na área social. Temos que ser não um programa de governo, mas sim um programa de Estado — disse o senador.

### Visitas domiciliares

O Criança Feliz é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. De acordo com o ministro Osmar Terra, a implementação do programa vai requerer de governadores e prefeitos uma mudança de cultura.

Segundo ele, o programa contará com visitas domiciliares de orientação às famílias sobre a melhor forma de promover o desenvolvimento dos filhos. O objetivo é atender 4 milhões de crianças até 2018, com prioridade aos beneficiários do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada

(BPC) e àquelas em situação de vulnerabilidade social.

O pediatra e neonatologista Laurista Corrêa Filho enumerou os desafios que precisam ser enfrentados e que serão discutidos no evento, que termina amanhã: novas constituições familiares, importância do ato de brincar, influência da era digital no desenvolvimento infantil, transmissão transgeracional, mediações sociais e consequências das separações judiciais dos cônjuges.

O presidente da Academia Brasileira de Pediatria, José Martins Filho, utilizou vídeos para mostrar como se dá o desenvolvimento do cérebro humano e destacar que a interação do bebê com a mãe e cuidadores é fundamental para o desenvolvimento saudável. A criança que não recebe acalentamento, enfatizou, pode sofrer de “estresse tóxico precoce”.

— Quando a criança vai para casa [após o nascimento], nós a deixamos sozinha no quarto. O que acontece com o cérebro e as sinapses dos neurônios? Se ela logo é acalentada, aprende a lidar com o estresse. Crianças que sofrem abusos e negligência contínuos têm a resposta ao estresse continuamente ativada — disse.

### Sistema imunológico

O pediatra criticou o fato de muitos hospitais não colocarem a criança junto à mãe nas primeiras horas após o nascimento. Também censurou a ida de crianças de poucos meses para creches, sendo separadas dos pais, pois a imunidade só se completa aos 2 anos de idade.

A presidente da Comissão de Valorização da Primeira Infância no Senado, Lisle Lucena, salientou que os dez anos de eventos com temas relacionados à primeira infância trouxeram uma agenda positiva para a Casa.

## Palestras sobre a primeira infância continuam hoje e amanhã no Senado

As palestras da 9ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz continuam hoje e amanhã, no Senado.

Às 10h de hoje haverá uma audiência pública conjunta das Comissões de Cultura e Esporte (CE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre cuidado integral na primeira infância.

Amanhã serão realizadas dez oficinas, sobre temas como riscos para o desenvolvimento psíquico, filhos de casais gays, a responsabilidade dos pais no divórcio e a importância das brincadeiras.

O evento tem o apoio da

embaixada da França, da Universidade Descartes de Paris e da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

Participaram da abertura do evento, ontem, além de Osmar Terra, José Medeiros e Lisle Lucena, o coordenador da Secretaria-Executiva da Rede Nacional Primeira Infância, Claudius Seccon, o pediatra e assessor legislativo da Rede Nacional Primeira Infância Vital Didonet, o conselheiro da embaixada da França Alain Bourdon, o senador Waldemir Moka (PMDB-MS) e a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, entre outros.

Informações sobre o evento: <http://bit.ly/PrimeiraInfanciaPaz>

## Prefeitos pedem repatriação e mudança nas regras do ISS

O presidente do Senado, Renan Calheiros, se reuniu ontem com representantes da Confederação Nacional de Municípios (CNM), que pediram a rápida apreciação do PLS 405/2016, que trata da repatriação de recursos, e do SCD 15/2015, que aumenta a lista de serviços alcançados pelo Imposto sobre Serviços (ISS).

Renan disse que ambos os projetos já foram pautados e fazem parte do calendário especial de votações do Plenário acertado com os líderes na semana passada.

Na terça-feira, será lançada a Escola de Governo do Senado Federal, em parceria com a CNM.

— Essa escola é uma ampliação dos cursos de capacitação que o ILB [Instituto Legislativo Brasileiro] já oferece para os legislativos municipais — explicou Renan.

Também participaram da reunião de Renan com a CNM os senadores Cidinho Santos (PR-MT), Lúcia Vânia (PSB-GO) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). (Da Presidência do Senado)

## Comissão fará audiência pública sobre nova estrutura da EBC

Foi aprovado ontem o plano de trabalho da comissão mista da MP 744/2016, que muda a estrutura da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

A MP acabou com o Conselho Curador e deu poder ao presidente da República para destituir o chefe da EBC.

O relator, Lasier Martins

(PDT-RS), propôs a realização de três audiências públicas. A primeira será amanhã. A preocupação do senador é com o prazo para a análise da MP, que caduca em fevereiro. Ele espera que a votação ocorra em 6 de dezembro. A MP depois vai para a Câmara e para o Senado.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Agência reguladora**  
8h30 Votação do relatório da indicação de Leonardo Euler de Moraes para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).
- CPI DO FUTEBOL Relatório**  
9h Apresentação do relatório final.
- CAS Verbas para o SUS**  
9h Votação de nove projetos, como o PLC 121/2015, que regulamenta a profissão de protesista/ortesta ortopédico, e o PLS 291/2016, que destina ao SUS 70% do valor arrecadado em acordos de leniência.
- CDR Aviação regional**  
9h Audiência para avaliação do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.
- INSTITUCIONAL Primeira infância**  
9h 9ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, no Auditório Petrônio Portella.
- CCJ Vaquejadas**  
10h Votação de 38 projetos, incluindo o PLC 144/2015, que amplia a punição para motorista embriagado, e a PEC 50/2016, que regulariza as vaquejadas.
- CDH Adoção**  
10h Votação de 23 itens, incluindo o PLS 531/2013, que dispõe sobre a diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando.
- SESSÃO TEMÁTICA Abuso de poder**  
10h Primeira sessão de debate do PLS 280/2016, que define os crimes de abuso de autoridade.
- CE/CAS Primeira infância**  
11h Audiência pública conjunta sobre a primeira infância.
- OBRAS INACABADAS Cronograma**  
11h Eleição do vice-presidente e apresentação do plano de trabalho.
- SENADO DO FUTURO Relatório**  
11h30 Votação do relatório sobre a tecnologia da informação e o processo legislativo do futuro.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**  
14h Votação de projetos, como o que abre novo período para repatriação de recursos mantidos irregularmente no exterior.
- AGENDA BRASIL Agências reguladoras**  
14h30 A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional analisa o PLS 52/2013, que trata das agências reguladoras.
- MP 745/2016 Papel-moeda**  
14h30 Comissão vota relatório da medida provisória, que autoriza importação de papel-moeda.
- MP 746/2016 Ensino médio**  
14h30 Audiência pública para debater a medida provisória, que reforma o ensino médio.
- MP 749/2016 Exportações**  
15h30 Audiência pública para discutir a medida provisória, que libera R\$ 1,95 bilhão da União a estados e municípios para fomento às exportações.
- CE Órgão consultivo chinês**  
16h Encontro com a delegação da Comissão da Educação, Cultura, Saúde e Esporte do Comitê Permanente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, para tratar de assuntos referentes ao sistema brasileiro de administração e serviço à cultura.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Junco de Anácio/Agência Senado



O senador Renan, o presidente Temer e o deputado Maia (os três no centro) participam de reunião com os 27 governadores

## Renan apoia envio de multas da repatriação aos estados

Presidente do Senado participou de reunião em que Planalto e governadores acertaram envio de valores arrecadados para cofres estaduais. Em contrapartida, estados terão que adotar programa de ajuste fiscal

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, participou ontem de uma reunião no Palácio do Planalto em que o presidente Michel Temer e os 27 governadores acertaram que vão para os cofres estaduais os valores arrecadados com as multas da repatriação de recursos mantidos irregularmente no exterior.

Trata-se de uma demanda dos governadores para ajudar no equilíbrio orçamentário dos estados.

Renan relatou que os

governadores estão preparando um documento em que assumirão o compromisso com um programa de ajuste fiscal.

— Isso é muito importante para o Brasil, porque não vamos sair desta crise se não envolvermos todos na busca de uma solução — afirmou.

### Prioridades

Os governadores apresentaram ao Senado e à Câmara dos Deputados a lista dos projetos de lei que são de

interesse dos estados.

As prioridades para o Senado são, entre outros, o projeto de lei que abre um novo prazo para a repatriação (PLS 405/2016) e o que trata da securitização de dívidas (PLS 204/2016).

Os governadores pediram um tempo adicional para analisar as novas regras do Imposto sobre Serviços (ISS), razão pela qual o projeto sobre o assunto (SCD 15/2015) foi retirado da pauta de ontem do Plenário.

## Não há supersalários na Justiça Federal, diz entidade

O presidente da União Nacional dos Juizes Federais (Unajuf), Eduardo Cubas, entregou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a relação de salários dos magistrados federais.

— Queremos desmistificar a questão dos supersalários. Na Justiça Federal, respeitamos o teto constitucional. Se há distorção, ela ocorre na Justiça dos estados — declarou.

Renan instalou no início do mês a Comissão Especial do Extrateto, para estudar medidas para coibir salários superiores ao teto constitucional, que hoje é de R\$ 33,8 mil, valor do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Cubas afirmou que há 28 anos o Brasil carece de uma lei

de organização da magistratura nacional e que, por esse motivo, “muitas distorções foram criadas em cada estado”. Segundo ele, “é necessário que se uniformize todo o Poder Judiciário”. Ele defendeu a atualização da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

— A lei é de 1977 e precisa ser atualizada, até porque o Ministério Público da União já tem a sua lei de organização e todas as rubricas estão previstas na lei que regula aquele órgão. Se eventuais discrepâncias ocorrerem, ocorreram porque a magistratura deve ter as mesmas garantias que o MPU.

O relatório final da Comissão Especial do Extrateto deve ser votado na primeira semana de dezembro. No Plenário do

Senado, a votação deve acontecer antes de 23 de dezembro. As informações são da relatora da comissão, Kátia Abreu (PMDB-TO).

Segundo ela, muitos salários públicos que ultrapassam o teto constitucional, apesar de serem “claramente inconstitucionais”, estão respaldados por normas e leis, como uma regulamentação do Conselho Nacional de Justiça que trata do auxílio-alimentação e uma liminar do STF sobre auxílio-moradia. A senadora disse que espera a presidente do STF, Cármen Lúcia, agendar uma reunião com a Comissão do Extrateto para que se definam os pontos que o STF pode resolver por normas internas do Judiciário. (Com a Presidência do Senado)

## Para presidente do Senado, caso Geddel está superado

O episódio envolvendo o chefe da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, é um fato superado, na avaliação do presidente do Senado, Renan Calheiros. Geddel foi acusado pelo ex-ministro da Cultura Marcelo Calero de tráfico de influência para obter vantagens pessoais. A Comissão de Ética da Presidência da República decidiu abrir processo para investigar a conduta do ministro.

— É fato superado. Parece que houve interpretação indevida. O bom é a convergência ser novamente construída.

### Humberto afirma que Temer prevarica ao não demitir chefe da Secretaria de Governo

Humberto Costa (PT-PE) afirmou que o presidente Michel Temer prevarica ao manter no cargo o ministro Geddel Vieira Lima. Ele disse que, ao constranger ministro de outra pasta em proveito próprio, Geddel cometeu os crimes de concussão e advocacia administrativa. O líder do PT também questionou



qual seria o medo que Temer tem de Geddel.

— O presidente da República tinha pleno conhecimento do que ali se passava e nada faz. Prevarica no cumprimento de suas funções. Segura o ministro no cargo de forma desonrosa, por interesse político que ninguém sabe qual é.

## Brasil terá novos embaixadores na Tunísia, no Irã e na Eslováquia

Foram aprovadas ontem pelo Plenário as indicações de três diplomatas para chefiar embaixadas brasileiras. Márcia Maro da Silva, Rodrigo de Azeredo Santos e Luis Antonio Balduino Carneiro assumirão as embaixadas na Tunísia, no Irã e na Eslováquia.

Márcia é cientista política e ingressou na carreira diplomática em 1985. Entre os cargos que assumiu no exterior, destacam-se o de embaixadora no Zimbábue, ministra-conselheira na missão do Brasil na Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, e cônsul-adjunta em Buenos Aires.

Em sua sabatina na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), ocorrida em outubro, ela destacou a posição estratégica da Tunísia, país africano localizado na entrada do Mar Mediterrâneo, e a sua relativa estabilidade política em relação às nações vizinhas.

Márcia relatou que o processo de independência da Tunísia, concluído em 1956, teve liderança e inspiração de movimentos liberais e republicanos. Esses valores estão na fundação do Estado nacional tunisiano, o que faz do país uma experiência única naquela região do mundo.

Santos, indicado para o Irã,

é economista e cientista político. Ele iniciou a carreira no Itamaraty em 1992. Entre os cargos ocupados desde então estão o de coordenador-geral do Instituto Rio Branco e o de diretor do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos.

Aos senadores, durante sabatina, o diplomata apresentou indicadores positivos do Irã: alto nível cultural e educacional, taxa de alfabetização de 98% da população, bom Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), economia diversificada, grandes reservas de petróleo e gás natural e posição geográfica privilegiada no Oriente Médio.

### Balança comercial

Aprovado para a embaixada da Eslováquia, Carneiro é economista e ingressou na carreira diplomática em 1986. Entre os cargos que ocupou, destacam-se o de primeiro-secretário na embaixada em Washington e conselheiro na embaixada em Nova Délhi. Desde 2015, é secretário de Assuntos Internacionais no Ministério da Fazenda.

Carneiro foi sabatinado pela CRE no início deste mês e destacou a importância de o Brasil estreitar os laços comerciais com a Eslováquia, que ele admite serem até o momento pequenos e deficitários.

## Projeto do abuso de autoridade ganha urgência e vai ao Plenário

Ganhou urgência o projeto que modifica a lei de abuso de autoridade. Os senadores aprovaram ontem um requerimento para a tramitação mais rápida do texto. O PLS 280/2016, de Renan Calheiros (PMDB-AL), estava na Comissão da Consolidação da Legislação Federal e da Regulamentação da Constituição. Com o pedido aprovado, será votado no Plenário.

Ao justificar o projeto, Renan

afirmou que a Lei 4.898/1965, que trata de abuso de autoridade, está defasada. Para ele, é preciso reformulá-la, para proteger os direitos e garantias previstos na Constituição.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e Lasier Martins (PDT-RS) manifestaram a preocupação de que as mudanças possam atrapalhar a Lava Jato. O relator, Roberto Requião (PMDB-PR), afirmou que o texto não prejudica a Lava Jato.

## Malta anuncia PEC para reduzir teto salarial dos 3 Poderes para R\$ 15 mil

Magno Malta (PR-ES) informou ontem que protocolou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para reduzir o teto salarial dos Três Poderes de R\$ 33 mil para R\$ 15 mil mensais. Considerou que esse gesto é uma forma de participar do momento mais difícil da vida brasileira, com um contingente de 22 milhões de desempregados.



Ele agradeceu os senadores que o apoiaram, viabilizando as 27 assinaturas para a apresentação da PEC.

— Não vamos morrer de fome. O valor de R\$ 15 mil baixa bem, mas ainda é muito dinheiro se analisarmos a situação de quem ganha R\$ 800 ou está desempregado, paga aluguel ou vê sua casa do Minha Casa, Minha Vida ir para o bebeléu.





Fátima Bezerra (C), que presidiu a audiência, disse que o resultado da pesquisa precisa ser conhecido pelas escolas

## Pesquisa revela violência contra jovens LGBT no país

Feita em seis países sul-americanos, a pesquisa aponta que 73% dos adolescentes brasileiros gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros sofrem bullying e 27% já sofreram agressão física nas escolas

**PESQUISA COM ADOLESCENTES** brasileiros gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros mostra que 73% sofrem bullying e 27% já apanharam na escola. Os números foram apresentados ontem em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A pesquisa foi feita de janeiro a março por organizações não governamentais em seis países da América do Sul: Argentina, Brasil, Peru, Colômbia, Uruguai e Chile. Os resultados podem ajudar os governos em políticas que melhorem o ambiente escolar.

No Brasil, foram ouvidos 1.016 estudantes de 13 a 21 anos: 60% disseram se sentir inseguros na escola, 73% foram agredidos verbalmente, 48% ouviram comentários homofóbicos e 27% foram agredidos

fisicamente. Já 36% acharam a escola ineficaz para evitar agressões.

Para o coordenador da pesquisa no Brasil e secretário de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Toni Reis, os dados são alarmantes e é preciso criar políticas públicas que minimizem os problemas.

Fátima Bezerra (PT-RN) considerou muito importante que os professores de toda a rede de ensino pública e privada conheçam a pesquisa.

— As informações precisam chegar às escolas, precisamos acabar com a intolerância e o ódio no Brasil, principalmente neste momento de ataques à democracia — afirmou.

Ela acrescentou que iniciativas como o Projeto Escola Sem Partido, apelidado de

Lei da Mordaça, só incentiva a intolerância. Na avaliação da senadora, não se pode aprovar leis que “ataquem os direitos humanos, tirem a liberdade de expressão dos professores e caem o censo crítico dos estudantes”.

Participaram do debate a coordenadora-geral do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Kátia Guimarães; o diretor de Políticas de Educação em Direitos Humanos do Ministério da Educação, Daniel de Aquino; o presidente da Fundación Todo Mejora, o chileno Julio Dantas, coordenador internacional da pesquisa; e a oficial de projetos de setor de educação da Unesco, Mariana Braga.

## Especialistas pedem mais recursos para ensino médio

A comissão mista que discute a medida provisória que reforma o ensino médio (MP 746/2016) promoveu ontem audiência pública para discutir o tema com secretários estaduais de educação e professores.

A MP torna optativas as disciplinas de artes, educação física, filosofia e sociologia. Também prevê ampliar de 800 para 1.400 horas a carga mínima anual do ensino médio.

Especialistas em educação argumentaram que os recursos do Fundo Nacional de

Educação Básica (Fundeb) são insuficientes para custear a reforma e sugeriram que o Executivo aponte outros mecanismos de financiamento.

— O financiamento garantirá adesão e celeridade no processo de implantação da reforma nos estados. Do contrário, o prazo de implantação será bem mais extenso — sustentou o secretário de Educação de Pernambuco e presidente Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Frederico Amancio.

Para o senador licenciado e atual secretário de Educação da Bahia, Walter Pinheiro, é preciso levar em conta a situação de cada estado. Para ele, mais do que recursos, é preciso “reestimar” o ensino médio.

Para Fátima Bezerra (PT-RN), a medida é equivocada.

A comissão deverá se reunir para votar o parecer do relator, Pedro Chaves (PSC-MS), na quinta-feira da semana que vem. O colegiado deverá ouvir antes o ministro da Educação, Mendonça Filho.

## Audiência aponta falhas em projeto de fábrica da Hemobrás

O presidente da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular, Dimas Covas, criticou ontem no Senado o projeto de uma fábrica da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) que está sendo construída em Goiana (PE).

Em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o médico disse que a fábrica foi planejada a revelia dos especialistas do setor.

— A matéria-prima que a Hemobrás utiliza é 60% gerada no Sudeste, e [a fábrica] foi construída no Nordeste. Isso criou inúmeros problemas de logística e qualidade — disse.

De acordo com ele, a

estrutura de 43 mil metros quadrados é muito grande para a produção anual de 500 mil litros de plasma, quando comparada a outras no mundo.

O senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), que presidiu o debate, lamentou que a fábrica esteja com excesso de de plasma nas câmaras de resfriamento, com risco de expiração da validade sem distribuição ao SUS.

O presidente da Hemobrás, Oswaldo Castilho, informou que mais de R\$ 1 bilhão já foi investido na planta, que tem 70% do projeto executado e 60% dos equipamentos adquiridos. A construção está parada desde 2015, quando foi deflagrada a Operação Pulso, da Polícia Federal.



Caiado (3º à esq.) recebe a perda de hemoderivados que estão na fábrica

## Comissão vota hoje autorização para BC importar papel-moeda

A medida provisória (MP) que trata da importação de material para confecção de cédulas e moedas pelo Banco Central deve ser votada hoje pela comissão mista encarregada da proposta. O relatório do deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG) foi apresentado ontem e busca deixar mais claras as regras para essa permissão.

A MP 745/2016 autoriza o Banco Central a comprar sem licitação papel-moeda e moeda metálica fora do país. O governo diz que o BC tem enfrentado dificuldade por causa de limitações técnicas da Casa da Moeda. Segundo o banco, há incerteza quanto ao atendimento de 27% do Programa Anual de Produção de Cédulas de 2016.

O relator concordou que é preciso alternativas para evitar situações de contingência como as dos últimos anos. Além das mudanças já trazidas pela MP, Quintão propôs outras regras.

Ele prevê que a situação emergencial se caracterize quando houver atraso de 15% nas quantidades contratadas que tornem inviável o atendimento da demanda. Outra regra estabelece que o BC envie à Casa da Moeda, até 31 de julho de cada ano, um plano anual de produção.

— Queremos dar condições para a Casa da Moeda se planejar e dar conta da demanda, evitando a banalização da possibilidade de contratar fornecedores estrangeiros sem licitação.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer  
**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Diretor-adjunto:** Sílvio Burle  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana  
**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão  
**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura  
**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Pedro Franco/Agência Senado

Audiência presidida por Lasier Martins (C) criticou burocracia e irregularidade no orçamento do setor científico

## Especialistas: ciência sofre com falta de recursos

Debate mostra que país é capaz de responder com êxito, como na relação do vírus Zika com casos de microcefalia, se houver verbas e menos travas

A FALTA DE recursos e a burocracia emperram a pesquisa científica no Brasil, afirmaram ontem os participantes de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O objetivo foi discutir as fontes de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico.

O presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Mario Borges, destacou a boa qualidade da pesquisa científica no país. Ressaltou o quanto os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) são importantes para desenvolver os programas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I). Para exemplificar, citou os estudos sobre o vírus Zika, responsável por uma grave epidemia que afetou todo o país no ano passado. Foram pesquisadores brasileiros que conseguiram estabelecer a ligação entre a infecção pelo Zika e a microcefalia.

— Isso mostra que a ciência brasileira está programada para agir rapidamente se algum problema aparece. Em um ano, as pesquisas foram concentradas, houve recursos, houve priorização, e a ciência pôde dar respostas importantes.

O que se conhece da doença e até testes para detecção do vírus foram elaborados a partir desses estudos, em parceria com a Fundação Bill e Melinda Gates. Borges salientou a necessidade de facilitar as parcerias internacionais para qualificar a pesquisa brasileira e trazer resultados rápidos.

O presidente do CNPq lamentou a “instabilidade” nos repasses para o setor, especialmente com a retirada do CT-Petro, recursos arrecadados do setor de exploração

de petróleo, do FNDCT, e que estão sendo destinados para o fundo social do pré-sal. O fluxo irregular de recursos orçamentários é mortal para a ciência, porque leva à descontinuidade nos programas científicos e ao desperdício de dinheiro. Ele também criticou o alto gasto despendido — também com dinheiro do fundo — no Programa Ciência sem Fronteiras, com a alocação de alunos para cursos de graduação no exterior. Pediu, ainda, que seja regulamentado o marco legal para C&T (Lei 13.243/2016) e que o Congresso derrube os vetos impostos ao texto.

### Conhecimento

O presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Marcos Cintra, afirmou que o Brasil, apesar de todos os problemas, ocupa o 15º lugar no ranking de produção de conhecimento científico no mundo. Uma “colocação honrosa”, classificou, quando se vê o produto interno bruto (PIB). Do total de 1,24% do PIB gasto com ciência e tecnologia no país, 0,8% são provenientes do setor público, e somente 0,44% do setor privado. No seu entendimento, essa proporção precisava ser invertida.

— Para cada R\$ 2 gastos pelo setor público, o país tem obtido R\$ 1 do privado. Não estamos sendo capazes de motivar, deflagrar os gastos privados. Nos outros países a relação é inversa.

Cintra criticou o contingenciamento de recursos do FNDCT, já que a arrecadação é específica. Disse que há R\$ 8 bilhões do fundo sem aplicação, por estarem envolvidos em disputas judiciais. E há risco de o Executivo utilizá-lo para pagamentos de juros da dívida, complementou. Manobra semelhante já foi feita pelo governo federal em 2002, 2003, 2008 e 2010, observou o presidente da Finep. Por isso, sugeriu que se transforme o FNDCT em um fundo contábil,

não patrimonial ou financeiro, como é hoje.

— É a quinta rubrica da administração pública na contribuição para o superávit primário, uma total descaracterização de sua finalidade — lamentou.

O uso impróprio do fundo também foi criticado pelo presidente do Conselho Técnico-Administrativo da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp), Carlos Américo Pacheco. Na opinião dele, o colapso do financiamento do setor tem a ver com usos equivocados desses recursos. Com isso, novas pesquisas têm sido inviabilizadas.

— É uma bomba de efeito retardado que estoura lá na frente.

### Recursos

De acordo com o representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Jailson Bittencourt, a queda orçamentária tem sido brutal nos últimos anos. Em 2011, o Orçamento da União reservou, do FNDCT, R\$ 2,1 bilhões, e quase a totalidade realmente esteve disponível (R\$ 1,9 bilhão) para a pesquisa. Em 2013, pico arrecadatório da série, destinou-se R\$ 3,7 bilhões, com real disponibilidade orçamentária de R\$ 3 bilhões. No entanto, em 2016 o Orçamento autorizou o uso de R\$ 2,6 bilhões, mas apenas R\$ 800 milhões ficaram disponíveis para gastos, o que está sufocando a pesquisa.

— É um sistema ciclotímico, em que temos picos e vales. O risco agora é que esse seja o vale da morte — lamentou.

A audiência foi a quinta, organizada pela CCT, relacionada aos investimentos no desenvolvimento científico e tecnológico e ao uso dos recursos dos fundos de incentivo à pesquisa, em especial o FNDCT e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel).

## Relator é favorável à taxa de lucros recebidos por pessoa física

Jorge Viana (PT-AC) apresentou ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), relatório com voto favorável à volta da cobrança de Imposto de Renda (IR) sobre lucros ou dividendos pagos pelas empresas a pessoas físicas. Essa taxa foi abolida em 1995 pela Lei 9.249, que trata do IR das pessoas jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A proposta voltará à pauta da CAE na terça-feira.

O senador apresentou um texto substitutivo a três projetos sobre o tema, que tramitam em conjunto (PLSs 588, 616 e 639, todos de 2015), respectivamente de Lindbergh Farias (PT-RJ), Marcelo Crivella (PRB-RJ) — licenciado — e Otto Alencar (PSD-BA).

Pelo substitutivo, os lucros ou dividendos pagos pelas empresas a sócios estarão sujeitos à alíquota de 15% do IR, retido na fonte. Esse imposto será considerado antecipação, e o valor recebido pela pessoa física integrará a base de cálculo do IR na declaração anual. O texto mantém isenção do IR a valores pagos como lucros ou dividendos a sócio de micro ou pequena empresa optante pelo Simples.

Viana considerou o fim da isenção “o primeiro passo” para uma reforma tributária. Em 2013, conforme o relator, mais de R\$ 231 bilhões foram pagos a título de lucros e dividendos. Especialistas citados pelo senador calcularam, com a medida, uma receita adicional para o governo entre R\$ 59 bilhões e R\$ 63,6 bilhões.

O relator previu “efeito positivo” para todos os entes federativos com a aprovação da medida, porque a Constituição determina à União a entrega de 49% da arrecadação do IR a estados e municípios e a fundos constitucionais.

Na mesma reunião, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apresentou relatório favorável a projeto que extingue gradualmente a dedução dos juros sobre o capital próprio na apuração do IR da Pessoa Jurídica e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (PLS 45/2016).

Na opinião da autora, Gleisi Hoffmann (PT-PR), a dedução dos juros sobre capital próprio é um privilégio fiscal que desconsidera que o titular, sócio ou acionista já é remunerado pela apropriação dos lucros e dividendos da atividade empresarial.

## Comissão inicia debate sobre projetos que limitam juros

As propostas que limitam as taxas de juros cobradas por bancos e financeiras no país começaram a ser discutidas ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Três projetos vão voltar a ser debatidos na terça-feira, próxima reunião da CAE, devido ao pedido de vista coletiva.

Um dos alvos são os juros dos cartões de crédito que, conforme pesquisas citadas por alguns senadores, chegam a 480% ao ano. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 407/2016, de Ivo Cassol (PP-RO), limita essas taxas a duas vezes a remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), referência para o custo de captação dos bancos.

Como o CDI se mantém próximo à taxa básica da economia (Selic) e está em 14% ao ano, neste mês, os juros cobrados pelos cartões deveriam estar limitados a 28% ao ano, “o que ainda permitiria aos bancos emprestadores manter níveis de lucratividade atraentes”, conforme o relator, Lindbergh Farias (PT-RJ).

Durante a discussão, Cassol informou que teve seus cartões de crédito suspensos após a apresentação do projeto e de discurso em Plenário

cobrando a regulamentação. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) sugeriu investigar o assunto, por considerar crime essa possível retaliação.

As demais modalidades de empréstimos também estão na mira dos integrantes da CAE. Emenda do relator, Lindbergh, ao PLS 413/2016, de Gleisi Hoffmann (PT-PR), prevê que, nas operações de crédito com garantia real, os juros ficariam limitados a no máximo duas vezes a taxa Selic anualizada, vigente no dia da assinatura do contrato. Nas demais operações, as taxas limitam-se a quatro vezes a Selic, no máximo.

Um terceiro projeto, o PLS 412/2016, de Reguffe (sem partido-DF), obriga o Comitê de Política Monetária (Copom) a limitar trimestralmente os juros e outras taxas cobradas de pessoas físicas e jurídicas. Também relator dessa proposta, Lindbergh apresentou emenda estabelecendo no projeto de Reguffe limites semelhantes ao que propôs para o projeto de Gleisi. Caberia ao Copom fazer essa avaliação trimestral.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) pediu vista porque quer discutir a proposta de Reguffe.

# Saúde pode ganhar mais R\$ 9,9 bilhões em 2017

Relatório preliminar do Orçamento prevê reforço na área com R\$ 6,7 bilhões por meio de emendas individuais e de bancada e R\$ 3,2 bilhões para atender a PEC do Teto de Gastos

O RELATOR-GERAL DO Orçamento, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), anunciou ontem aumento de recursos de R\$ 9,9 bilhões para a área da saúde em 2017, em relação aos valores previstos na proposta orçamentária encaminhada pelo governo ao Congresso em agosto. Com o reforço, o Ministério da Saúde passa a contar com orçamento de R\$ 115,59 bilhões para 2017.

Braga entregou o relatório preliminar do Orçamento à Comissão Mista de Orçamento (CMO) na noite de segunda-feira. Deputados e senadores já podem apresentar emendas ao relatório, que deve ser votado na comissão amanhã.

Dos R\$ 9,9 bilhões a mais para a saúde, R\$ 6,7 bilhões são recursos para emendas de bancada e individuais impositivas, que já estão contemplados no relatório preliminar. O relator explicou que o aporte adicional, estimado em R\$ 3,2 bilhões, será necessário para atender imposição da PEC do Teto dos Gastos (PEC 55/2016) em relação aos gastos na área.

Pela legislação atual, em 2016 teriam que ser investidos na saúde 13,2% da receita corrente líquida (RCL) e o percentual iria aumentando a cada ano, até chegar a 15% em 2020. No relatório da Câmara à PEC 55, o percentual

foi antecipado para 2017, mas estabelecendo que a partir de agora a correção anual seguirá a inflação do ano anterior.

## Recursos novos

Braga explicou que o relatório preliminar está distribuindo, para atendimento de emendas pelos relatores setoriais, recursos que chegam a R\$ 17,82 bilhões, do total de R\$ 29,7 bilhões para novas despesas. São verbas derivadas de três fontes, entre elas a reestimativa da receita orçamentária aprovada pela CMO.

Ao recalcular as receitas, o relatório indicou arrecadação líquida adicional de R\$ 10,1 bilhões em virtude da reabertura do prazo para repatriação de recursos do exterior. O Senado debate projeto de nova etapa de repatriação (PLS 405/2016).

Outros R\$ 6 bilhões derivam do corte de subvenções previstas no projeto do Orçamento. A maior parcela, porém, são receitas já previstas: R\$ 13,6 bilhões compõem a chamada reserva de contingência, como parte da previsão para dar cobertura a emendas.

Braga indicou todas as áreas que estão recebendo dotações da distribuição inicial de R\$ 17,82 bilhões para os relatores setoriais. Depois da saúde, com R\$ 6,7 bilhões, estão as áreas de desenvolvimento



Relator-geral do Orçamento, Eduardo Braga explica em entrevista detalhes do parecer que deve ser votado amanhã

urbano (R\$ 2,5 bilhões), integração nacional (R\$ 2,05 bilhões), transportes (R\$ 1,24 bilhão) e educação e cultura (R\$ 1,23 bilhão).

Ainda há previsão de transferência adicional de R\$ 1,2 bilhão, que seria parcela para emendas de bancadas que não se enquadram entre as impositivas. O relator-geral contará com R\$ 9,7 bilhões para ajustes finais.

Braga antecipou parte dos compromissos que precisará atender com a reserva à disposição do relator-geral. Entre eles, o Fundo de Apoio às Exportações (FEX), que serve para compensar estados e municípios por isenções do ICMS sobre vendas ao exterior, em substituição à Lei Kandir.

O governo também solicitou verbas para assegurar a continuidade do Censo Agropecuario em 2017, com despesas estimadas em R\$ 500 milhões.

Não há previsão de recursos adicionais para o Fundo Partidário, afirmou Braga.

## Alterações

A distribuição de recursos entre os setores ainda poderá ser alterada, disse, em função de remanejamentos previstos no texto do próprio relatório preliminar. O relatório preliminar, por exemplo, prevê que os relatores poderão remanejar até 20% das dotações na área.

Braga disse ainda que teve dificuldades para avançar com o relatório, pois até um mês antes estava sendo obrigado

a cortar R\$ 15 bilhões no teto de despesas. Nos últimos dias, contudo, recebeu a notícia sobre o aumento do teto de gastos global para 2017, que foi ampliado pelo governo.

Também houve a previsão das receitas adicionais da repatriação e o corte de R\$ 6 bilhões de subvenções. Com isso, disse, o corte final foi reduzido para R\$ 6 bilhões, abaixo da média dos anos anteriores.

Braga observou que, pelas regras de tramitação do Orçamento, o Comitê de Receitas da CMO poderá fazer nova revisão dos valores após aprovação dos relatórios setoriais.

A previsão é que o relatório final seja votado em Plenário em 15 de dezembro.

## TCU explica irregularidades em obras paralisadas

A situação das obras consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União (TCU) foi discutida ontem pelo Comitê de Obras Irregulares da Comissão Mista de Orçamento (CMO). O comitê ouviu representantes do TCU, da Petrobras e dos governos da Bahia e de Alagoas sobre a situação de obras paralisadas por irregularidades. Entre elas, a construção de corredores de ônibus de Salvador e do Canal do Sertão em Alagoas.

Quando o TCU considera uma obra irregular e comunica o fato à Comissão de Orçamento, o empreendimento fica impedido de receber recursos. Mas a decisão final sobre a liberação é do Congresso.

O auditor do TCU Rafael Esteves explica as irregularidades na obra do Canal do Sertão, que recebe recursos do Ministério da Integração Nacional.

— O dano potencial que o TCU apurou é de R\$ 48 milhões, cerca de 10% do valor inicial do contrato. Esse valor atualizado aos dias de hoje, de sobrepreço, seria em torno de R\$ 74 milhões e o valor atualizado do contrato, em torno de R\$ 690 milhões — disse.



Telmário (C) coordena reunião com auditores do TCU e representante do Dnit

Algumas obras não estão com a situação de irregularidade caracterizada em definitivo, mas a existência de discrepâncias tem levado o TCU a recomendar a suspensão dos repasses. É o caso da construção dos corredores de ônibus de Salvador.

Segundo o auditor do TCU Bruno Martinello, o sobrepreço na obra chega a R\$ 55 milhões em um dos contratos, o que representa cerca de 10% do contrato, e em R\$ 45 milhões, em outro.

O senador Telmário Mota (PDT-RO), coordenador do comitê, disse que não há nenhum interesse em manter uma obra paralisada, mas todos os questionamentos e dúvidas precisam ser sanados antes de uma eventual retomada.

## Votação de créditos adicionais a ministérios fica para amanhã

A Comissão Mista de Orçamento adiou para amanhã a reunião destinada à votação de projetos de lei que abrem créditos adicionais no Orçamento deste ano.

A reunião marcada para ontem chegou a ser aberta, mas durou poucos minutos por falta de quorum.

Na pauta da comissão, estão cinco projetos do Congresso que abrem créditos adicionais. Entre eles, o PLN 27/2016, que destina crédito suplementar de R\$ 27,9 milhões para o Ministério da Ciência e Tecnologia, e o PLN 29/2016, que reserva mais R\$ 76,4 milhões para os Ministérios da Justiça e da Defesa.

## Ministro diz que 424 servidores federais foram expulsos em 2016 por corrupção

O ministro da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, Torquato Jardim, disse ontem no Senado que 424 funcionários públicos federais foram expulsos do serviço público por corrupção e irregularidades em 2016. Houve também 30 processos administrativos decorrentes das investigações da Operação Lava Jato.

Jardim falou à Comissão de Transparência e Governança do Senado. Ele informou que a Avaliação Cidadã de Políticas e Serviços Públicos examinou 12 programas e 2 serviços este ano.

Na Secretaria Federal de Controle Interno, ocorreram 45 operações especiais, como a Operação Boca Livre, que apura desvios da Lei Rouanet.

O convite ao ministro foi feito pelo presidente da comissão, Paulo Bauer (PSDB-SC). O senador sugeriu que o Brasil articule uma ação conjunta com os demais países do Mercosul sobre transparência, já que todos apresentam problemas semelhantes.

— O ministério que controla a gestão pública no Brasil poderia interagir com os órgãos dos governos vizinhos para fortalecer esse trabalho — disse Bauer.

Entre outras sugestões feitas pelo senador, está a avaliação anual de iniciativas do governo, como o programa de livros didáticos e o da merenda nas escolas públicas. Bauer disse que a população brasileira desconhece os dados relativos a essas ações.



Ministro Torquato Jardim fala em comissão presidida por Paulo Bauer